



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER CONJUNTO Nº.**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 25/2023, DE 11/08/2023**

As Comissões Permanentes acima reunidas para analisar e emitir parecer sobre o **Projeto de Lei Ordinária nº 25/2023** que *"DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"* emitem o seguinte parecer.

**I – RELATÓRIO**

Por determinação regimental foi distribuído às Comissões, Projeto de Lei que *"DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA-PI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*

As razões para apresentação da proposta foram delineadas na justificativa.

É o relatório. Passa-se a opinar.

**II – DA ADMISSIBILIDADE**

Quanto a admissibilidade, observa-se que a proposição está redigida em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrita por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em sua ementa, tudo na conformidade do disposto no art. 109, do Regime Interno da Câmara Municipal de Esperantina – PI.

**III – DA FUNDAMENTAÇÃO**

A matéria tratada na propositura em epígrafe, instituição de tributos, especificamente taxa decorrente do exercício do poder de polícia, está no âmbito da competência legislativa do município, nos termos do art. 30, III, da Constituição da República e do art. 11, XVIII.

A competência para o impulso inaugural do processo legislativo é concorrente, e o instrumento legislativo que veicula a matéria se mostra adequado à previsão do art. 44, III, da Lei Orgânica Municipal.



Em relação ao mérito, o art. 145 da Constituição da República traz a seguinte previsão:

“Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

[...] II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; [...]

Em síntese, o Projeto de Lei 19/2023 tem por finalidade aprimorar a legislação já existente no Município, no referente ao Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Esperantina - SIM.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 23, descreve as competências materiais comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, em seu inciso II descreve “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”. Já em seu Art. 24, descreve as competências concorrentes para legislar:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*V - produção e consumo;*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

*XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (Vide ADPF 672)*

Neste aspecto o Município também detém a competência material, em cooperação técnica e financeira com a União e o Estado, para a prestação de serviços de atendimento à saúde da população, nos termos do artigo 30, inciso VII da CRFB/88, compreendendo, assim, os serviços de inspeção sanitária, possuindo, ainda, a competência legiferante para suplementar a legislação federal ou estadual no que couber e no interesse local (artigo 30, incisos I e II da CRFB/88).

O presente projeto de lei não padece de vício de inconstitucionalidade formal subjetiva, haja vista que atendeu ao disposto na LOM, observando, assim, o Princípio da Separação dos Poderes, insculpido no art. 2º, da CRFB/88.

O presente projeto de lei trata sobre a instituição do Serviço de Inspeção Municipal.



Note-se ainda que estas Comissões não detectaram anomalias jurídicas ou impeditivos de ordem legal no presente Projeto de Lei.

Diante das considerações acima expendidas, conclui-se que o projeto merece prosperar.

#### **IV- DA CONCLUSÃO**

Desse modo, a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças opinam **FAVORAVELMENTE** pela tramitação, discussão e votação do projeto de lei complementar Nº.25/2023 ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Câmara Municipal de Esperantina, 12 de agosto de 2023.

Comissão de Constituição e Justiça

Comissão de Finanças

  
**AIRTON PIRES ALVES (AIRTON  
VEÍCULOS)**

  
**ANTONIO JOSE DE PAIVA COSTA (BEBÉ  
VITÓRIA)**

  
**FRANCISCO EPAMINONDAS DOS  
SANTOS ALBUQUERQUE**

  
**PROF. JR. RODRIGUES**

  
**LUÍS DIONÍSIO**

  
**DOMINGOS LUÍZ FERREIRA**